



O ensino da Bioética nos cursos de Saúde Coletiva de universidades públicas brasileiras

The teaching of Bioethics in Collective Health courses at Brazilian public universities

Andressa Vulcão da Silva

Graduada em Saúde Coletiva; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Formação e Práticas em Saúde. Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil; E-mail: vulcaoandressa@gmail.com; ORCID: 0000-0003-3720-0877

Josias Botelho da Costa

Enfermeiro; Mestre em Saúde Coletiva; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Formação e Práticas em Saúde. Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil; E-mail: josiasbotelho16@gmail.com; ORCID: 0000-0002-4135-9269

Ana Cristina Vidigal Soeiro

Psicóloga; Doutora em Ciências Sociais/Antropologia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Formação e Práticas em Saúde. Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil; E-mail: acsoeiro1@gmail.com; ORCID: 0000-0002-1669-3839

Resumo: Objetivo: Realizar um mapeamento das universidades públicas brasileiras que ofertam o curso de Saúde Coletiva, de modo a analisar a inserção de conteúdos relacionados à Bioética (disciplina e conteúdos curriculares). **Método:** Estudo de caráter descritivo, exploratório, com abordagem documental, realizado por meio do acesso aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Saúde Coletiva, disponibilizados no portal Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, e nos sites oficiais das universidades. **Resultados:** Em abril de 2023, existiam 37 cursos de graduação em Saúde Coletiva no Brasil, sendo 17 deles, ofertados por universidades públicas. Ao analisar os projetos de curso, observou-se que ensino da Bioética ocorre de forma transversal e em diferentes componentes curriculares, com predomínio de conteúdos teóricos. **Conclusão:** O ensino da Bioética nos cursos de Saúde Coletiva pode ser aprimorado, inclusive com metodologias que favoreçam a problematização de situações cotidianas enfrentadas por sanitaristas brasileiros. Ademais, é necessário que as ações de ensino explorem diferentes perspectivas e princípios bioéticos, estimulando uma reflexão crítica, reflexiva e plural, sobre os desafios existentes.

Palavras-chave: Saúde Coletiva; Ensino; Bioética.

Abstract: Objective: To carry out a mapping of Brazilian public universities that offer the Collective Health course, in order to analyze the insertion of contents related to Bioethics (discipline and curricular contents). **Method:** A descriptive, exploratory study, with a documentary approach, carried out through access to the pedagogical projects of undergraduate courses in Collective Health, available on the National Registry of Courses and Higher Education Institutions portal, and on the official websites of universities. **Results:** In April 2023, there were 37 undergraduate courses in Collective Health in Brazil, 17 of which were offered by public universities. When analyzing the course projects, it was observed that the teaching of Bioethics occurs in a transversal way and in different curricular components, with a predominance of theoretical contents. **Conclusion:** The teaching of Bioethics in Collective Health courses can be improved, including methodologies that favor the questioning of everyday situations faced by Brazilian public health professionals. Furthermore, it

is necessary that the teaching actions explore different perspectives and bioethical principles, stimulating a critical, reflective and plural reflection on the existing challenges.

Keywords: Public Health; Teaching; Bioethics.

Introdução

A Bioética congrega princípios que norteiam a análise de fenômenos e condições da existência humana, incluindo as relações do homem com o ambiente e com os outros seres vivos.¹ Na década de 70, se consolidou como uma ferramenta essencial na interlocução entre diversos campos de conhecimento, no intuito de buscar caminhos que respeitem a integridade e a dignidade do ser humano.²

Na história mundial, as questões éticas suscitadas por práticas clínicas, experimentos e pesquisas envolvendo seres humanos, constituíram o cenário propício para a criação de documentos e diretrizes internacionais no campo das ciências da vida e da saúde.³ Em 2005, foi criada a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), importante marco ético e normativo que expandiu as discussões para além das áreas biomédicas, em defesa da justiça social. O documento reiterou a importância dos direitos humanos universais, discussão intensificada a partir de preocupações surgidas da segunda metade do século XX, particularmente aquelas relacionadas à dignidade da pessoa humana.⁴⁻⁶

No Brasil, além da aplicabilidade social, justiça, pesquisa e existência humana, a Bioética tem sido ofertada em vários cenários do ensino em saúde, tanto no âmbito da graduação, como na pós-graduação. Em razão de constituir um território de conhecimento plural, sua aproximação com a Saúde Coletiva vem se consolidando progressivamente nos últimos anos, impulsionada pelos desafios sanitários que caracterizam a realidade brasileira. É possível constatar que os fundamentos da Bioética estão presentes nos ideais de democratização, na medida em que incorporam a defesa dos direitos de cidadania para o enfrentamento de desigualdades e iniquidades.^{7,8}

O trabalho em saúde demanda reflexões éticas e morais, as quais constituem parte essencial da formação continuada de todos os segmentos profissionais.⁹ Tal necessidade foi pautada por meio da Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em Paris na década de 90, a qual determinava que as universidades tomassem para si a responsabilidade de estimular a formação técnica, como também, a problematização da realidade, de modo a contribuir para a mudança no cenário mundial.¹⁰

No Brasil, a Bioética tem sido incorporada às Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) de cursos da área da saúde das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio dos Projetos Pedagógicos

de Curso (PPC), constituindo uma diretriz dos processos de formação. Entretanto, o ensino da temática nos cursos da área da saúde tem sido tradicionalmente voltado a uma perspectiva deontológica, em detrimento de um enfoque mais crítico e social, que atenda aos desafios éticos e morais presentes na sociedade brasileira.^{11,12}

Considerando a necessidade de intensificar o diálogo da Bioética com a Saúde Coletiva, a presente pesquisa teve o objetivo de realizar um mapeamento das universidades públicas brasileiras que ofertam o curso, de modo a analisar a inserção de conteúdos relacionados à temática (disciplina e conteúdos curriculares). Trata-se de um conteúdo importante para compreender o atual panorama do ensino em Saúde Coletiva, especialmente no que tange à inclusão da Bioética como referencial para lidar com os desafios enfrentados pelos sanitaristas brasileiros em suas atividades cotidianas.

Método

Trata-se de um estudo de caráter descritivo exploratório, com abordagem documental realizado mediante o mapeamento das universidades públicas que ofertam a graduação em Saúde Coletiva e posterior acesso aos PPCs disponíveis no Portal e-MEC, e nos sites oficiais das universidades.

A coleta de dados ocorreu por meio da análise documental dos PPCs, ementas e grades curriculares dos cursos de graduação em Saúde Coletiva. Na ocasião, utilizou-se o programa Microsoft Excel 2019 para organizar, compilar, descrever e analisar os documentos; para o georreferenciamento, foi utilizado o programa Q-GIS versão 3.22.8. Além disso, para descrever as temáticas mais citadas nas ementas, foi utilizado o *software Iramuteq*, por meio da ferramenta de análise “nuvem de palavras”. Os critérios de inclusão foram universidades públicas que disponibilizavam o PPC do curso.

A coleta dos dados foi realizada em duas fases: 1) Busca no Sistema de informação do Ministério da Educação sobre oferta de cursos de graduação no Brasil, pelo endereço eletrônico do e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>), com o mapeamento das IES autorizadas a ofertar o curso de Saúde Coletiva; 2) Visitas e buscas nas páginas institucionais das universidades públicas identificadas no portal e-MEC, para acesso às ementas e PPC.

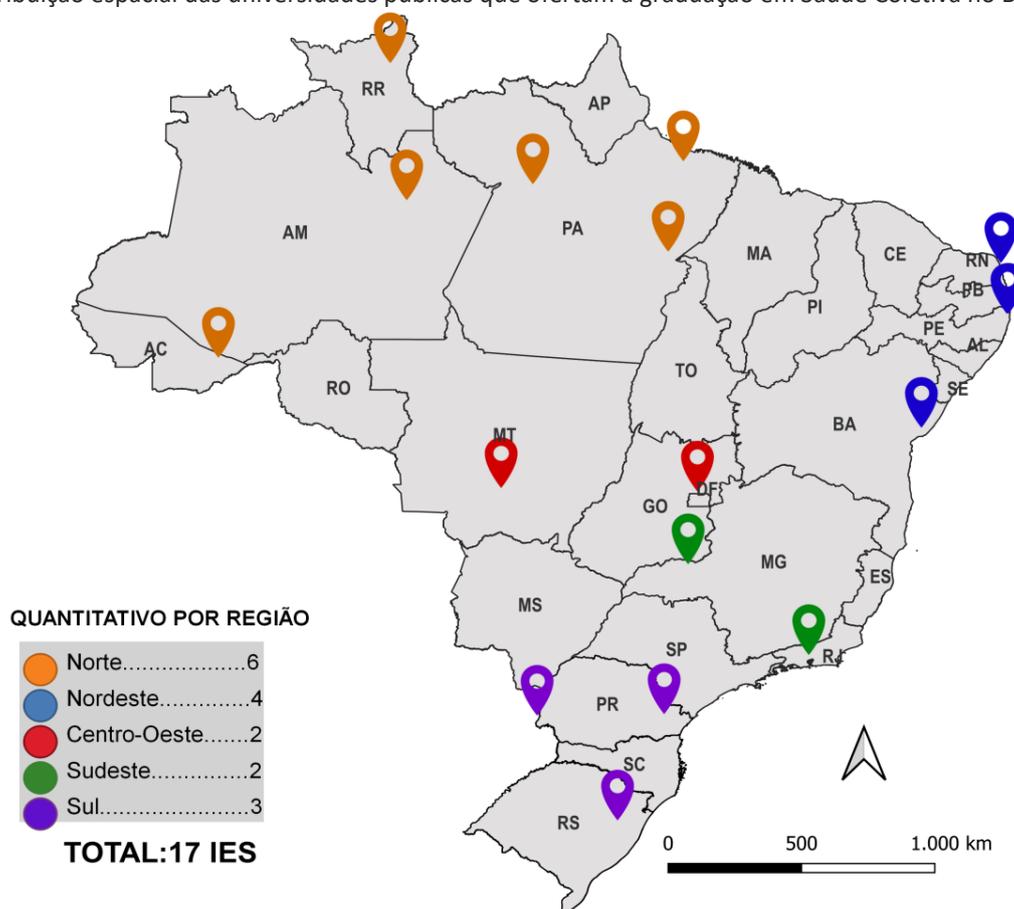
A coleta de dados mediante acesso aos PPC foi direcionada por um roteiro de investigação, criado a partir das categorias de interesse da pesquisa, a saber: 1) Disciplina de Bioética, e/ou disciplinas contendo conteúdos de Bioética; 2) Semestre de oferta; 3) Natureza da oferta: obrigatória ou optativa; 4) Carga horária prática e teórica, e 5) Ementa. Em se tratando de pesquisa documental, com acesso a informações de domínio público, não houve necessidade de apreciação ética por Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados e Discussão

Até o mês de abril de 2023, existiam 37 registros de cursos de Graduação em Saúde Coletiva habilitados por instituições públicas e privadas brasileiras, e cadastradas na plataforma de consulta do Ministério da Educação.¹³

Do total, 17 eram ofertadas em universidades públicas, e até abril de 2023, nenhuma possuía nota do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o que impacta no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e Conceito Preliminar de Curso (CPC).¹³ O presente estudo incluiu todas as 17 universidades públicas (n=100%), as quais disponibilizavam em seus sites oficiais ementas, grade curricular e/ou PPC.

Figura 1. Distribuição espacial das universidades públicas que ofertam a graduação em Saúde Coletiva no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Foi observado que grande parte das regiões brasileiras oferta a graduação em Saúde Coletiva (Figura 1). Na Região Centro-Oeste (11,76%), o curso é ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade de Brasília (UNB). Na Região Sudeste (11,76%), pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na Região Sul (17,65%),

pela Universidade Federal do Paraná (litoral) – (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Na Região Nordeste (23,53%), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade de Pernambuco (UPE). Na Região Norte (35,29%), pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Destaca-se que na Região Norte, o Pará possui três cursos, integrando 50% do total da região, e representando o estado brasileiro com maior número de cursos de graduação. Esse resultado não foi observado em estudos anteriores, pois até o ano de 2014, a região Nordeste reunia a maior quantidade de universidades que ofertavam o curso.¹⁴ Entretanto, em 2017, a oferta de cursos nas regiões Norte e Sudeste cresceu, representando 27% de um total de 15 universidades públicas e privadas que disponibilizavam a graduação.¹⁵

A partir da análise dos documentos pesquisados, foi verificado que todas as universidades (100%) disponibilizavam o PPC, ou a Matriz Curricular (MC). No entanto, pouco mais de 17% não continham registros de disciplinas e/ou conteúdos sobre Bioética no desenho curricular do curso (Tabela 1).

Nas universidades incluídas no estudo, foram encontradas 30 disciplinas que ofertavam conteúdos relacionados à Bioética. Após análise documental, observou-se que as disciplinas e/ou conteúdos são disponibilizados em diferentes componentes curriculares na graduação em Saúde Coletiva: 1) Disciplinas que mencionam a palavra Bioética e Saúde Coletiva/Saúde Pública; 2) Disciplinas que mencionam somente a palavra Bioética; e 3) Disciplinas que não mencionam a palavra Bioética, embora abordem temáticas afins (Figura 2).

Os achados revelaram que os conteúdos relacionados à Bioética são obrigatórios na grade curricular da maioria dos cursos, em atendimento às diretrizes educacionais que preconizam a inclusão de conteúdos de ensino dessa natureza.¹⁶ Mesmo assim, observou-se também a oferta de disciplinas optativas sobre a temática.

Além de serem transversais e diferentes conteúdos curriculares, observou-se que as disciplinas que utilizam a expressão Bioética possuem em média 30 a 80 horas de aula, variando conforme as grades curriculares dos cursos. Além disso, apenas duas equilibram o tempo destinado a atividades teóricas e práticas, visto que se constatou uma ênfase em atividades teóricas (Tabela 2).

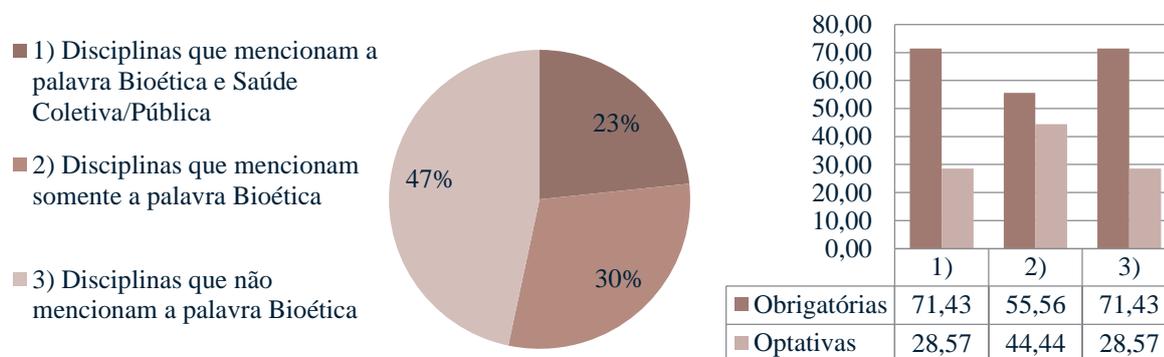
Tabela 1. Documentos disponíveis nos sites oficiais das universidades públicas, de acordo com o ano de atualização

REGIÃO	IES	DOCUMENTO DISPONÍVEL	ANO	DISCIPLINA OU CONTEÚDOS CURRICULARES	
				SIM	NÃO
NORTE	Universidade Federal de Roraima – UFRR	PPP ¹	2012	X	
	Universidade do Estado do Amazonas – UEA	PPP ¹	2012		X
	Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA	PPC	2018	X	
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	PPC	2018	X	
	Universidade Federal do Acre – UFAC	PPC	2018	X	
	Universidade do Estado do Pará - UEPA	PPC	2019	X	
NORDESTE	Universidade Federal da Bahia – UFBA	PPC	2008		X
	Universidade de Pernambuco – UPE	PPP ¹	2017	X	
	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	PPP ¹	2018	X	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	PPC	2018	X	
SUL	Universidade Federal do Paraná (litoral) – UFPR	PPP ¹	2014	X	
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	PPC	2014	X	
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	PPC	2019	X	
SUDESTE	Universidade Federal de Uberlândia – UFU	PPC	2014		X
	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	MC	2018	X	
CENTRO-OESTE	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	PPC	2013	X	
	Universidade de Brasília – UNB	PPP ¹	2019	X	
TOTAL			100	82,35	17,65

¹ PPP – Projeto Político Pedagógico de Curso

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Figura 2. Categorias de disciplinas relacionadas à Bioética de acordo com a natureza



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Tabela 2. Oferta de disciplinas relacionadas à Bioética e carga horária, de acordo com o componente curricular

CATEGORIA	DISCIPLINA/CONTEÚDO ACADÊMICO	OFERTA (SEMESTRE)	CARGA HORÁRIA	FREQ. ABSOLUTA
1) Disciplinas que mencionam a palavra Bioética e Saúde Coletiva/Pública	Bioética em Saúde Pública	1º	32h	
	Bioética e Saúde Coletiva	2º	30h	
	Bioética e Saúde Coletiva I, II, III	2º, 4º, 6º	30h	
	Legislação Bioética e Ética Profissional em Saúde Coletiva	5º	60h	7
	Bioética e Saúde Coletiva	7º	34h	
	Bioética e Saúde Pública ¹	-	30h	
	Bioética e Saúde Coletiva IV, V ¹	-	30h	
2) Disciplinas que mencionam somente a palavra Bioética	Bioética	1º	60h	
	Ética e Bioética em Saúde	3º	60h	
	Ética e Bioética	4º	34h	
	Ética e Bioética	4º	40h	
	Metodologia da Pesquisa e Bioética	6º	60h	9
	Introdução à Bioética ¹	-	30h	
	Bioética e Defesa ¹		60h	
	Bioética ¹	-	-	
	Introdução à Medicina e Bioética ¹	-	-	
3) Disciplinas que não mencionam a palavra Bioética	Direito Sanitário	1º	34h	
	Promoção da Saúde I	1º	30h	
	Ciências Sociais e Humanas I	1º	80h	
	Unidade de Saúde, Sociedade e Humanidades III	3º	30h	
	Direitos Humanos e Saúde Coletiva	4º	34h	
	Direito em Saúde	5º	60h	
	Pesquisa Social em Saúde	5º	34h	
	Práticas Interdisciplinares VI	7º	68h	14
	Ética, Pesquisa e Saúde Indígena	8º	68h	
	Direito Sanitário	8º	68h	
	Direitos Humanos e Meio Ambiente ¹	-	60h	
	Fundamentos e Metodologia da Pesquisa Clínica ¹	-	30h	
Pesquisa Social em Saúde ¹	-	68h		
Biossegurança aplicada a serviços de saúde ¹	-	32h		
TOTAL				30

¹Disciplinas sem definição de oferta na grade curricular e/ou sem carga horária.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De fato, a Bioética é inevitavelmente transversal, o que permite que seja abordada em conjunto com outros componentes do curso, haja vista que é uma área que contribui para a análise de problemas inerentes a diferentes temáticas no campo da Saúde Coletiva. Porém, sua vinculação a

uma única disciplina e/ou componente com outro foco teórico-prático, ou mesmo a momentos pontuais do curso, pode restringir sua abordagem.¹⁷

Notou-se que o 1º semestre é o que mais contempla disciplinas sobre Bioética, seguido do 4º e 5º semestre, respectivamente. O estudo de Ferrari, Da Silva e Siqueira¹⁸ revelou que o Brasil apresenta um padrão diferenciado de ensino da Bioética, comparado a outros países vizinhos. Enquanto no Brasil, mais de 70% do ensino se dá nos primeiros anos da graduação, em outros países que pertencem a América Latina e Caribe, mais de 65% é contemplado em fases de prática ou internato.

Cabe ressaltar que a inserção precoce de tais conteúdos em etapas iniciais da graduação pode fazer com que o aluno tenha dificuldades para compreender a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, em decorrência da pouca articulação teórico-prática nessa fase do curso. Além disso, estudos anteriores já haviam demonstrado que, particularmente nas séries iniciais da graduação em Saúde Coletiva¹⁶, costuma haver uma ênfase em conteúdos predominantemente teóricos, o que justifica os achados citados anteriormente.¹⁸

Outro ponto a ser destacado é o fato de que na fase inicial do curso, alguns discentes podem não se sentir estimulados para participar ativamente das discussões propostas, o que pode influenciar negativamente o seu protagonismo como aprendiz. É o que demonstrou o estudo de Neves, Araújo e Rego¹⁹, no qual estudantes do primeiro período não se sentiam à vontade para expressar suas opiniões nas disciplinas de Bioética, em razão da pouca experiência e familiaridade com as temáticas, por se sentirem intimidados diante de outros alunos ou pelo pouco contato com as metodologias ativas de ensino na educação básica e média.

Em se tratando da Saúde Coletiva, é importante que o ensino da Bioética seja uma prática emancipadora, e não apenas a oferta de fundamentos teóricos, distintos do território. Isso porque o trabalho do sanitarista precisa estar fundamentado na responsabilidade com as populações vulnerabilizadas e na aliança com os grupos mais fragilizados da sociedade.²⁰⁻²¹ Nesse sentido, as atividades de ensino, pesquisa e extensão precisam ocorrer de forma integrada, visando à aproximação com a comunidade, para uma atuação inclusiva, justa e humanista.²²⁻²³

O ensino da Bioética deve ser planejado de modo que as discussões teóricas sejam complementadas por atividades práticas que favoreçam sua aplicação à realidade. Como por exemplo, gestão de pessoas; construção de projetos terapêuticos singulares sobre casos complexos, operacionalização de diferentes abordagens em visitas domiciliares para pessoas vulneráveis e comunicação não violenta com a comunidade ^{24,21}, o que não se observa na maior parte dos documentos analisados. Os achados demonstram que os cursos de graduação em Saúde Coletiva

ainda enfrentam dificuldades na utilização da Bioética como referencial de análise de situações reais que permeiam a realidade da comunidade brasileira e as práticas em saúde.²⁵

A graduação em Saúde Coletiva é uma área de formação ainda em consolidação no cenário brasileiro, que comporta uma dimensão ética e social em seu fazer.^{22,26} Cabe salientar que os sanitaristas ainda não possuem um código de ética profissional o que pode dificultar o ensino da disciplina na vertente da ética profissional, haja vista a tendência de priorizar o ensino da Bioética Deontológica no espaço da academia.^{27,28}

Em relação à atuação futura, é esperado que os acadêmicos estejam comprometidos com a efetivação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do desenvolvimento de competências para a tomada de decisão, gestão/planejamento e pesquisa.²⁶ Muitos conteúdos relacionados ao ensino da Bioética reforçam esse objetivo, demonstrando o escopo de aplicação e a relevância das reflexões bioéticas para a aprendizagem em Saúde Coletiva.

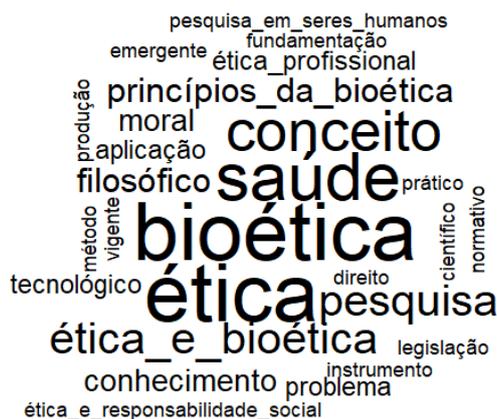
Barata^{7:742} ressalta que o encargo “de eleger prioridades entre as inúmeras necessidades dos indivíduos na sociedade” é uma atividade que suscita questões éticas relacionadas à justiça distributiva na saúde. Trata-se de um debate complexo e que requer aporte nos fundamentos éticos e bioéticos para os sanitaristas. Além disso, há decisões que envolvem reflexões complexas, justamente porque ocorrem no âmbito dos valores e direitos sociais, que colocam em análise questões como autonomia, judicialização da saúde, alocação de recursos, dentre outros.

Estudos demonstram que a utilização de metodologias ativas de ensino, incluindo a problematização, devem ser favorecidas desde a graduação, de modo a estimular o raciocínio e a aprendizagem significativa.²⁹ Do mesmo modo, as questões éticas e morais relacionadas à saúde das populações devem constituir prioridade no âmbito da formação dos futuros sanitaristas e a Bioética representa um importante aporte no sentido de pensar e construir soluções diante de situações emergentes e persistentes que caracterizam a realidade brasileira.

Cunha³⁰ destaca que o ensino da Bioética na América Latina deve ser mais crítico ao formato hegemônico trazido de países ricos. Diferentemente do contexto anglo-saxão, que privilegia o princípio da autonomia, a Bioética brasileira deve acentuar a relevância do princípio da justiça, sendo primordial que as discussões acadêmicas sejam ampliadas, indo além de temas até então considerados prioritários, como o aborto e eutanásia.⁸ De modo geral, os resultados do presente estudo corroboram tais orientações, e a possibilidade de criação de uma matriz curricular para o ensino da Bioética nos cursos de Saúde Coletiva talvez possa representar uma interessante estratégia e inovadora nesse caminho.

Do total de disciplinas encontradas, 22 disponibilizavam suas ementas, mas apenas 18 citavam a palavra Bioética. Ao analisar os temas abordados em todas elas, observou-se uma tendência a incluir definições conceituais relacionadas à Ética e à Bioética, bem como assuntos concernentes à pesquisa, ética profissional, com ênfase no principialismo bioético. Uma representação gráfica das palavras que tiveram maior frequência na descrição das ementas é apresentada a seguir (Figura 3).

Figura 3. Frequência de palavras presentes nas ementas analisadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ética e Bioética apresentam a mesma frequência de palavras. A palavra Bioética foi citada nas ementas com duas vertentes distintas, a primeira relacionada aos conceitos de ética e moral e a segunda, aos desafios derivados das novas tecnologias. De fato, além da questão conceitual e terminológica, é necessário também priorizar a problematização e reflexão crítica da realidade, considerando a variedade de temáticas, contextos e impactos das inovações, de modo a integrar teoria e prática.^{31,1}

Um dos grandes desafios da Bioética, na graduação em Saúde Coletiva, é operar como força motriz no enfrentamento dos desafios sanitários emergentes e também persistentes no cenário brasileiro. Cabe lembrar que a pobreza, a exclusão e as iniquidades aumentam a vulnerabilidade das populações, constituindo um desafio ético a ser enfrentado pelos sanitaristas brasileiros.^{20,32}

Quando se analisou a frequência da palavra ética nas ementas, notou-se que, das dez ementas que a citam, sete abordam a pesquisa com seres humanos. Tal abordagem é importante para a formação dos sanitaristas, considerando o papel exercido pelos princípios bioéticos nas regulamentações das pesquisas. Cabe lembrar que tais normativas se assentam sobre princípios de visam proteger e salvaguardar a dignidade dos participantes, de modo a minimizar os riscos e preservar a integridade dos grupos e comunidades envolvidos.³³

Apesar das ementas abordarem questões relevantes, verificou-se que temáticas envolvendo o investimento e alocação de recursos em saúde; o impacto da invisibilidade social de grupos vulneráveis nas políticas públicas de saúde e; impactos das decisões de gestão na assistência e no desenvolvimento de pesquisas epidemiológicas, devem ser melhor abordados na graduação em Saúde Coletiva.^{34,35}

A Bioética é traduzida por diferentes teorias, com destaque para a Bioética de Intervenção, de Proteção, Utilitarista e Cotidiana, as quais são abordagens críticas e problematizadoras dos desafios e peculiaridades inerentes à realidade brasileira.^{20,36,32,37} No entanto, os achados demonstraram que as atividades de ensino poderiam incorporar com mais frequência tais perspectivas, de modo ampliar o acesso a diferentes referenciais, que não somente aqueles defendidos pelo principalismo, o que certamente enriqueceria as discussões.

A diversidade de perspectivas, constitutiva da natureza da Bioética, é relevante, na medida em que contribui para problematizar as condições de vida da população, superando também as limitações do modelo biomédico hegemônico. Suas contribuições são inúmeras ao ensino em saúde, ofertando importantes ferramentas para que o sanitarista possa contribuir na construção de um sistema de saúde mais equânime e atento à coletividade.^{21,38}

Conclusão

Os resultados apontados são importantes para subsidiar o planejamento e a adequação dos desenhos curriculares dos cursos de Saúde Coletiva, especialmente no que tange ao ensino da Bioética. Trata-se de uma temática que tem sido contemplada nos componentes curriculares ofertados na graduação, porém, de forma heterogênea pelas universidades brasileiras.

Os resultados aqui apresentados podem fomentar novas discussões sobre o ensino da Bioética na Saúde Coletiva. Considerando a recente aprovação das Diretrizes Curriculares do Curso de Saúde Coletiva, no ano de 2022, pretende-se que os achados forneçam subsídios para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, com impactos positivos na formação dos futuros sanitaristas brasileiros.

O objetivo da pesquisa foi alcançado considerando a análise formal dos PPCs e grades curriculares dos cursos. Sugerem-se novos estudos sobre as adaptações e estratégias utilizadas pelos agentes nos espaços de aprendizagem que afetam a aplicabilidade do ensino da Bioética nos cursos de graduação em Saúde Coletiva.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos docentes da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Karina Saunders e Caio Botelho, pelas significativas contribuições na conclusão do presente estudo.

Referências

1. Barchifontaine CP, Trindade MA. Bioética, saúde e realidade brasileira. *Rev Bioet.* 2019;27(3):439-45.
2. Siqueira-Batista R, Motta OJ, Gomes AP. Sob as bênçãos de jano: (bio)ética – passado, presente e futuro. In: Soeiro AC, Neto FX, (Org.). *Ensaio em Bioética e cuidado em saúde*. Belém: GCOM; 2021. p. 23-60.
3. Assumpção JB, Vieira TR. The bioethic principle of autonomy in concretization of the constitutional right to health: a perspective based on the principle of the dignity of the human person. *ReonFacema.* 2018;4(Esp):1043-52.
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. Lisboa: Unesco; 2006.
5. Diniz D, Guilhen D. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense; 2012.
6. Brasil. Ministério da Saúde. Carta Circular nº 1/2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília: CONEP; 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_01.2021.pdf
7. Barata RB. Ética e epidemiologia. *Hist Cienc Saude-Manguinhos.* 2005;12(3):735-53.
8. Ramos FR, Brehmer LC, Canever BP, Padilha MI, Silveira LR. Desafios atuais da bioética brasileira. *Rev Bioet.* 2019;27(3):446-54.
9. Montenegro LC, Rénnio HM, Caram CS, Brito MJ. Problemas éticos na prática de profissionais de saúde em um hospital escola. *Av Enferm.* 2016;34(3):226-35.
10. Schuh CM, De Albuquerque IM. A ética na formação dos profissionais da saúde: algumas reflexões. *Rev Bioet.* 2009;17(1):55-60.
11. Garrafa V, Martorell LB, Nascimento WF. Críticas ao princípalismo em bioética: perspectivas desde o norte e desde o sul. *Saude Soc.* 2016;25(2):442-5.
12. Garrafa V, Cunha TR, Manchola-Castilho C. Ensino da ética global: uma proposta teórica a partir da bioética de intervenção. *Interface (Botucatu).* 2020;21:e190029.
13. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. [internet]. Ministério da Educação [citado em 2023, 10 de abril]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.
14. Mangueira JO. Graduação em Saúde Coletiva no Brasil: Formação, identidade profissional e inserção no mercado de trabalho. *Res Soc Dev.* 2021;10(5):e21810514746.
15. Sobral LF, Barros ÉL, Carnut L. A área de política, planejamento e gestão em saúde nas graduações em saúde coletiva no Brasil. *Trab Educ Saude.* 2017;15(3):879-94.
16. Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais: cursos de graduação (online)*. Brasília: MEC; 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>.
17. Ladeira TL, Koifman L. Bioética na prática clínica do fisioterapeuta: concepções de docentes e discentes. *Rev Bioet.* 2021;29(3):588-99.

18. Ferrari AG, da Silva CM, Siqueira JE. Ensino de bioética nas escolas de medicina da América Latina. *Rev Bioet.* 2018;26(2):228-34.
19. Neves WA, Araújo LZ, Rego S. Ensino de bioética nas faculdades de medicina no Brasil. *Rev Bioet.* 2016;24(1):98-107.
20. Garrafa V. Da Bioética de princípios a uma Bioética interventiva. In: Simpósio. *Rev Bioet* [internet]. 2009 [citado em 2023, 10 abril];13(1):125-34. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/97/102.
21. Silva VX, Vieira VB, Feitosa SF. Complexidade e transdisciplinaridade no currículo médico comprometido com bioéticas latino-americanas. *Rev Bioet.* 2022;30(3):548-57.
22. Rego S, Palácios M. Contribuições para o planejamento e avaliação do ensino da Bioética. *Rev Bioet.* 2017;25(2):234-43.
23. Manchola-Castillo G. De la fundamentación a la intervención: una propuesta metodológica (narrativa) para la Bioética de intervención. *Rev Bras Bioet.* 2019;15(6):1-18.
24. Kottow, M. Ensino Participativo em Bioética: Comentários. *Rev Bioet.* 2019;27(3):386-93.
25. Grupo de Ensino e Pesquisa em Bioética. Temas bioéticos em tempos de pandemia [internet]. 2020 [citado 2023, 10 abril] Belo Horizonte: Newton. Disponível em: <http://www.sbbioetica.org.br/Noticia/717/>.
26. Lacerda GM, Ales MJ, Tavares MP, Forte FD, Brito GE. Saúde Coletiva: o processo formativo de “novos” sanitaristas frente a uma prática em construção. In: Valença AM, Forte FD, (Org.). *Diálogos em saúde coletiva: Avaliação, trabalho e educação.* Paraíba: UFPB; 2020. p. 38-52.
27. Ladeira, TL. A Pandemia de Covid-19 e as demandas bioéticas na formação do fisioterapeuta. In: Castro JC, Niemeyer-Guimarães M, Siqueira-Batista R, (Org.). *Caminhos da Bioética.* Teresópolis: UNIFESO. 2020;3:19-31.
28. Projeto de Lei nº 1821/2021. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de sanitarista e dá outras providências. 2021 [citado em 2023, 10 de abril]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2283058>.
29. Souza, TP, Rech RS, Gomes E. Metodologias aplicadas no ensino de Ética, Bioética e Deontologia da Saúde durante a última década: uma revisão integrativa. *Interface (Botucatu).* 2022;26:e210621.
30. Cunha LS. Ética, Bioética e Deontologia no currículo da graduação em Educação Física no sul do Brasil [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
31. Garrafa V. Bioética e Ciência: Até onde avançar, sem agredir [internet]. 2011 [citado em 2023, 10 de abril]. Disponível em: <https://www.ufjf.br/cbr/files/2011/08/artigo1.pdf>.
32. Rocha IL, Oliveira TS, Santana LA. Correntes da Bioética: Reflexões Sobre a Bioética a Proteção em Saúde da Família. In: Edição Especial do 1º Congresso Regional de Medicina da FADIP. *Braz J Surg Clin Res.* 2019;28(2):39-43.
33. Mendes CC. Considerações bioéticas acerca dos princípios que sustentam as pesquisas envolvendo seres humanos e a responsabilidade civil dos pesquisadores. *Braz J Dev.* 2021;7(1):5740-58.
34. Junges JR, Zoboli EL. Bioética e saúde coletiva: convergências epistemológicas. *Cienc Saude Colet.* 2012;17(4):1049-60.
35. Storto GG, Arita ST, Santos MS, Oba JR. Bioética e a alocação de recursos na pandemia de covid-19. *Rev Bioet.* 2021;29(4):825-31.
36. Schramm FR. A bioética de proteção: uma ferramenta para a avaliação das práticas sanitárias? *Cienc Saude Colet.* 2017;22(5):1531-8.

37. Nohama N, da Silva JS; Simão-Silva DP. Desafios e conflitos bioéticos da covid-19: contexto da saúde global. Rev Bioet. 2020;28(4):585-94.

38. Pyrrho M, Schramm FR. Interfaces entre saúde coletiva e bioética: a nanotecnologia como objeto-modelo. Rev Bioet. 2019;27(4):587-94.

Como citar: da Silva AV, da Costa JB, Soeiro ACV. O ensino da Bioética nos cursos de Saúde Coletiva de universidades públicas brasileiras. **Rev Saude Redes.** 2023;9(3):4190. doi: 10.18310/2446-4813.2023v9n3.4190

Submissão: 05/05/2023

Aceite: 21/09/2023